



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRONICO Nº 90005-2026-PE**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08050001/26**

**CONTRATANTE (UASG): Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA - 980523**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA URBANA, RURAL E DAS FAIXAS DE AREIA DAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA, PARA ATENDIMENTO À DEMANDA EXTRAORDINÁRIA DECORRENTE DA ALTA TEMPORADA, PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 018/2026-SEOP, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS – SEOP**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: 5.048.202,52 (Cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentos e dois reais e cinquenta e dois centavos)**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 08/06/2026 às 09h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço global**

**MODO DE DISPUTA: Aberto.**

**CONTATO: e-mail: [cpl@salinopolis.pa.gov.br](mailto:cpl@salinopolis.pa.gov.br)**



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



## Sumário

1. OBJETO.....	3
2. CREDENCIAMENTO.....	3
3. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO .....	4
4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS.....	6
5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO .....	9
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	12
8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA .....	17
9. HABILITAÇÃO.....	22
10. RECURSO .....	31
11. REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA.....	32
12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	32
13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO .....	33
14. DA VIGENCIA DO CONTRATO E DO PRAZO CONTRATUAL.....	34
15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE .....	34
16. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	34
17. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES .....	35
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	37



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005-2026-CONC**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08050001/26**

**PREÂMBULO**

O **MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS – PA**, neste ato se fazendo representar pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS – PMS**, por intermédio do **Pregoeiro Renan Monteiro dos Santos**, designado pela **Portaria nº 080/2025-GAB/PMS** e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **Pregão**, na forma **ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **PREGÃO ELETRÔNICA nº 90004-2026-CONC**, que versa sobre o objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA URBANA, RURAL E DAS FAIXAS DE AREIA DAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA, PARA ATENDIMENTO À DEMANDA EXTRAORDINÁRIA DECORRENTE DA ALTA TEMPORADA, PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 018/2026-SEOP, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS – SEOP.** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em lote único.

1.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

**2. CREDENCIAMENTO**

2.1. Os interessados em participar desta licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sistema eletrônico disponível no Portal de Compras do Governo Federal – [Compras.gov.br](https://www.gov.br/compra), por meio do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compra>.

2.2. O credenciamento no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



2.3. O acesso ao sistema eletrônico dependerá de registro prévio do licitante e de utilização de login e senha pessoal e intransferível, ou certificado digital válido, conforme as regras da plataforma.

2.4. O licitante é responsável exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e demais atos praticados no sistema, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante.

2.4.1. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **3. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação, e que estejam previamente credenciados no SICAF e no sistema eletrônico Compras.gov.br.

#### **3.2. Não poderão disputar esta licitação:**

3.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.2.2. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.3. autor do anteprojeto, do termo de referencia ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referencia ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- 3.2.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.2.9. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.3. O impedimento de que trata o item 3.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.3 e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.6. O disposto nos itens 3.6.3 e 3.6.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do termo de referência e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução
- 3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.8. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



#### **4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

---

- 4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 4.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser encaminhados até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública.
- 4.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados, preferencialmente, por meio do sistema eletrônico utilizado para realização da licitação, por intermédio do Portal Compras.gov.br, ou, subsidiariamente, por meio do endereço eletrônico institucional da Comissão de Contratação: [cpl@salinopolis.pa.gov.br](mailto:cpl@salinopolis.pa.gov.br)
- 4.4. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração dos documentos técnicos e setor demandante, decidir sobre a impugnação e responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo legal.
- 4.4.1. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando a alteração comprometer a formulação das propostas.
- 4.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações possuirão efeito vinculante e serão divulgadas no sistema eletrônico e no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Salinópolis, vinculando os participantes e a Administração.

#### **5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

---

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço ou percentual de desconto com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.
- 5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 5.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante declarará em campo próprio do sistema eletrônico, que:
- 5.3.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente;

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- 5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO**

6.1. Os Licitantes deverão encaminhar **PROPOSTA** inicial com o valor **GLOBAL** na Moeda **Real**, com **duas casas decimais**, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico [https:// www.gov.br/compras](https://www.gov.br/compras), conforme Anexo V – Carta de Apresentação da Proposta, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1. valor total do item/LOTE;
- 6.1.2. quantidade

6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na elaboração dos projetos e na execução dos serviços apurados e demonstrados na Planilha de Custos e Formação de



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



Preços, na Planilha de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), com o cronograma físico-financeiro e os Critérios de Pagamentos

6.2.1. A data base da proposta deverá ser conforme data base do orçamento referencial da Administração Municipal.

6.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

6.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.6.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

6.7. Na descrição complementar do objeto não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o licitante ou em relação aos quais o sistema apresente campo próprio para preenchimento, tais como: marca; fabricante do produto; dentre outros.

6.8. Para cada item, o licitante deverá cotar, no mínimo, 100% do seu quantitativo total.

6.9. Quando dois ou mais itens compuserem um grupo, torna-se obrigatória a cotação para todos os itens que o compõem.

6.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.12. **A proposta de preço ajustada deverá conter ainda:**

- a) A razão social e CNPJ da empresa licitante;
- b) Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do termo de referência e demais documentos técnicos anexos;



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- c) O valor total da proposta, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo de proposta constante no **ANEXO V**.
  - d) A Planilha Orçamentária e Composição de Preços Unitários, conforme documentos que compõem este Edital e anexos, bem como, composições auxiliares e composições complementares;
  - e) A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, conforme documentos que compõem este edital e seus anexos, sob pena de desclassificação;
  - f) Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração neste Edital e seus Anexos, ajustado à proposta apresentada.
- 6.13. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária
- 6.14. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos sociais, encargos complementares, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, composições auxiliares/complementares e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na composição dos preços da proposta.
- 6.15. Os tributos de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983/2013 (TCU, Súmula 254).
- 6.16. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.17. As licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV, da Lei Complementar 123/2006.
- 6.18. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE etc.).
- 6.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.20. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.21. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.22. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.23. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.23.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos

6.24. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que contenham vícios insanáveis, apresentarem preços inexequíveis ou identifiquem o Licitante.

7.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.**



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.**

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,3% (zero vírgula três por cento).**

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- 7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.13.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **10% (dez por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21.8. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.5.2. empresas brasileiras;

7.22.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes

7.24.3. A negociação de que trata o item anterior deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado;

7.24.4. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta ou inabilitar o Licitante, deverá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, para que seja obtido preço melhor;

7.24.5. Se depois de adotada a providência referida no item anterior não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogado o item ou revogada a licitação;

7.24.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, de composição de custos unitários constando obrigatoriamente os quantitativos de material, todos os elementos e informações necessárias ao julgamento objetivo da proposta e mão-de-obra observando-se os pisos salariais das categorias envolvidas, composição da curva "abc" dispondo sobre insumos e serviços, composição de encargos sociais contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, composição de BDI (bonificação e despesas indiretas) contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, e quando for o caso acompanhada, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.26. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 não pode, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- 8.1.2. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante
  - 8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
  - 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
  - 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
  - 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, aplicado.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- 8.6.1. conter vícios insanáveis;
- 8.6.2. não obedecer às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 8.6.3. apresentar preço global superior ao preço do orçamento referencial da SEMOB;
- 8.6.4. apresentar preços inexequíveis
- 8.6.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. Preço global inferior a **75% (setenta e cinco por cento) ao preço do orçamento** referencial da SEMOB, que será considerado **inexequível**, conforme disposto no art. 33 da IN SEGES/ME nº 73, de 30/9/2022.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

- 8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



8.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.10.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.13. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **1 (um) dia útil, com termino às 18:00h do dia seguinte**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no edital, antes de findo o prazo.

8.13.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13.4. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.5. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- 8.13.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.13.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.13.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital e seus anexos.

## **9. HABILITAÇÃO**

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.3. Habilitação jurídica
- 9.3.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5. Qualificação Econômico-financeira

9.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.5.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.5.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

9.5.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.5.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.5.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



9.5.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.5.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.5.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**9.6. Qualificação Técnica**

9.6.1. A qualificação técnica observará as exigências previstas neste Edital e no Termo de Referência, especialmente quanto à comprovação de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional compatíveis com o objeto da contratação.

9.6.2. O licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.6.3. A declaração prevista no item anterior poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.6.4. A apresentação do Licenciamento Ambiental válido, ou documento equivalente emitido pelo órgão ambiental competente, conforme Resolução COEMA vigente, apto à realização de coleta e transporte de resíduos, será exigida apenas da empresa vencedora, na fase de execução; previamente ao início da execução contratual e emissão da Ordem de Serviço.

9.6.5. A documentação ambiental exigida no item anterior deverá ser apresentada para fins de habilitação, admitindo-se, quando cabível, protocolo de solicitação ou documento equivalente emitido pelo órgão ambiental competente, devendo a licença definitiva ser apresentada obrigatoriamente antes do início da execução contratual.

9.6.6. A contratada deverá assegurar que os resíduos coletados sejam destinados a local devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente, sendo vedado o descarte em locais irregulares, bota-foras ou lixões.

**9.7. Qualificação Técnico-Operacional**

9.7.1. Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade, compatível com o objeto da contratação.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



9.7.2. Comprovação da capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa, que demonstre(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID
01	SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA	UNID

9.7.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto licitado.

9.7.4. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo a Administração solicitar documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais, ordens de serviço e demais documentos pertinentes.

9.7.5. A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional justifica-se pela essencialidade e continuidade dos serviços de limpeza urbana, especialmente durante períodos de alta demanda turística no Município de Salinópolis, visando assegurar a adequada execução contratual, a salubridade urbana e a preservação ambiental.

#### **9.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

9.8.1. A exigência de comprovação técnico-profissional justifica-se pela complexidade operacional e relevância dos serviços objeto da contratação, especialmente em razão da necessidade de manutenção da salubridade urbana, preservação ambiental e atendimento à alta demanda turística do Município de Salinópolis durante o período de execução contratual.

9.8.2. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA e/ou CAU competente, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou RRT, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), comprovando experiência na execução de serviços compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA	UNID	1,00

9.8.3. Consideram-se compatíveis, para fins de comprovação técnico-profissional, serviços de limpeza urbana, varrição, roçagem, limpeza de vias públicas, limpeza mecanizada, manejo de resíduos sólidos, limpeza de praias ou outros serviços correlatos de natureza semelhante.





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- 9.8.4. O responsável técnico deverá ser profissional legalmente habilitado, admitindo-se: Engenheiro Civil; ou Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Sanitarista.
- 9.8.5. A comprovação do vínculo do profissional com a licitante poderá ocorrer mediante: CTPS; contrato de prestação de serviços; contrato social; declaração de futura contratação; ato constitutivo; declaração de compromisso.
- 9.8.6. No decorrer da execução do serviço, os profissionais pertencentes à Equipe Técnica Principal poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, por meio de apresentação de qualificação técnica profissional, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 9.8.7. O profissional indicado deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação válida junto ao CREA competente.
- 9.8.8. A CONTRATADA deverá comunicar com antecedência à fiscalização o nome dos responsáveis técnicos, com suas prerrogativas profissionais.
- 9.8.9. A contratada responderá pela qualidade e adequada execução dos serviços, nos termos da legislação civil, administrativa e ambiental aplicável.
- 9.8.10. Os valores dos serviços relacionados nestas especificações, e que não constarem diretamente da planilha de quantitativos, deverão ser considerados, e seus custos diluídos nos itens afins, e contidos nas composições de custos, quando for o caso.
- 9.8.11. Nos preços unitários totais deverão estar incluídas todas as despesas, diretas, indiretas e BDI, entre outras tais como: compra de materiais, uso de equipamentos, mão-de-obra, encargos sociais, seguros e demais custos necessários à execução dos serviços.
- 9.8.12. A não observação, em tempo hábil, pela fiscalização, da execução de parte ou o todo de um serviço de forma insatisfatória, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA em tornar satisfatório toda ou parte do serviço.
- 9.8.13. A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer dano ou prejuízo causado ao Município de Salinópolis, ou a terceiros, decorrentes da utilização inadequada de pessoal, equipamentos, máquinas, ferramentas ou materiais.
- 9.8.14. As Anotações de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), junto ao CREA, ficarão a cargo da Contratada, sendo indispensável a sua apresentação na ocasião da Ordem Início dos Serviços.
- 9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administrassem formato eletrônico.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



9.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.14. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.14.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do email [cplsalinopolis@gmail.com](mailto:cplsalinopolis@gmail.com), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.14.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.15. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.15.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.16. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, desde que atestem condição pré-existente à época da abertura do certame ou atualizem documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, com termino às 18:00h do dia seguinte, sob pena de inabilitação (Acórdãos TCU Plenário n.º 1211/2021, n.º 2.443/2021, n.º 966/2022 e n.º 988/2022).



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



9.17. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.17.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.18. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.18.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.18.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.20.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.21. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.21.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.21.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



9.22. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.22.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.22.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.23. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.26. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.27. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.28. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.29. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.30. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



9.31. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.32. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor.

## **10. RECURSO**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [compras.gov.br](http://compras.gov.br).

## **11. REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, situações em que serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("*chat*"), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Superior competente que poderá

12.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação

12.2. Encerrada a licitação, a Comissão de Contratação divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) os atos de adjudicação do objeto e de homologação do certame.

12.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



### **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com restituição imediata após fiel execução do contrato, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Caberá à contratada manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando a conforme necessário.

13.2. A comprovação da garantia pelo adjudicatário deverá ser efetivada perante a PMS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da contratante, contados da assinatura do contrato.

13.3. A adjudicatária poderá optar por prestar a garantia por uma das seguintes modalidades:

13.3.1. **CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica de caução do PMS, com correção monetária.

13.3.2. **FIANÇA BANCÁRIA** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.3.3. **SEGURO GARANTIA**, no caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da PMS, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

13.4. A PMS restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação, nos termos da legislação vigente.

13.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

13.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo visita



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



13.8. A contratante reterá, a qualquer tempo, a garantia de execução da contratada, na forma prevista neste Edital e no Contrato. Do mesmo modo, a Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.9. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

13.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

13.11. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da PMS e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

13.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada. Assim, caso opte pela modalidade seguro garantia, é obrigatório que o adjudicatário contrate a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

#### **14. DA VIGENCIA DO CONTRATO E DO PRAZO CONTRATUAL**

---

14.1. O prazo de vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

14.2. O prazo de execução dos serviços será de 02 (dois) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração, conforme cronograma operacional constante nos anexos do Edital.

14.3. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente os prazos, condições, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

---

15.1. As obrigações da contratada e da contratante são as especificadas no Termo de Referência e na minuta do Contrato que integram este Edital.

#### **16. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

---

16.1. O Controle, fiscalização e a execução contratual estão especificadas no Termo de Referência e na minuta do Contrato que integram este Edital.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



## **17. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES**

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.4.1. fraudar a licitação

17.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. advertência;





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- 17.2.2. multa;
- 17.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 17.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão na seguinte dotação; valor da Contrapartida R\$ 201.928,10 (duzentos e um mil, novecentos e vinte e oito reais e dez centavos) Unidade Orçamentaria: 1515 Secretaria Municipal de Limpeza Urbana Função: 15 Limpeza Urbana Sub-Função: 541 Manutenção das Atividades Projeto Atividade: 2.142 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana -Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica -Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não Vinculados de Imp - Fonte de Recursos: 17010000 – Outros convênios do Estado.

18.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



18.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

18.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal transparência pública do municipal no link <https://salinopolis.pa.gov.br> e também no Mural de licitações do TCM pelo link <https://www.tcm.pa.gov.br> e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

18.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Termo de Referência;

**ANEXO II** – Estudo Técnico Preliminar

**ANEXO II A** – Planilha Orçamentaria

**ANEXO III** – Matriz de Risco

**ANEXO IV** – Atestado de Vistoria ou Declaração de Renúncia

**ANEXO V** - Modelo de Proposta Comercial;

**ANEXO VI** - Minuta do Contrato;

**Salinópolis – PA, 20 de maio de 2026.**

\_\_\_\_\_  
**RENAN MONTEIRO DOS SANTOS**  
**Pregoeiro/CPL/PMS**  
**Portaria nº 080/2025-GAB/PMS**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

# **TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA  
EM LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE  
SALINÓPOLIS/PA.**

**SALINÓPOLIS**  
**2026**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

**SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. DEFINIÇÃO DO OBJETO .....</b>	<b>3</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....</b>	<b>10</b>
<b>7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>15</b>
<b>8. RESULTADOS PRETENDIDOS .....</b>	<b>18</b>
<b>9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO .....</b>	<b>18</b>
<b>10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>11. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO .....</b>	<b>23</b>
<b>12. CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO .....</b>	<b>23</b>
<b>13. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS vem por meio deste, com finalidade de atender o disposto na legislação vigente, Lei nº14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para nortear o credenciamento de pessoa jurídica para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA PÚBLICA**, no município de Salinópolis/PA.
- 1.2. A finalidade deste Termo de Referência é selecionar a proposta que melhor atenda às necessidades do objeto como um todo, considerando critérios técnicos, econômicos e de qualidade, de acordo com os requisitos estabelecidos neste documento.
- 1.3. A contratação deverá ser feita através da licitação, atendendo aos princípios da eficiência e da celeridade, atendendo ao interesse público.
- 1.4. Este termo de referência tem por objetivos:
  - 1.4.1. Caracterizar o objeto a ser contratado;
  - 1.4.2. Estabelecer método de planejamento gerencial das atividades;
  - 1.4.3. Estabelecer nível de qualidade desejado para o(s) serviços(s);
  - 1.4.4. Estabelecer critérios, pagamento e demais condições a serem observadas durante o cumprimento do contrato.

#### **2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 2.1. A contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA PÚBLICA**, no município de Salinópolis/PA;
- 2.2. Os serviços serão executados de forma integrada e conexa, com a finalidade de deixar e manter limpas as vias, logradouros, praias e sistema de drenagem públicos do Município de Salinópolis.
- 2.3. Recomenda-se a leitura detalhada e na íntegra deste documento, acompanhando-se inclusive, no que couber, das pranchas gráficas e demais documentos, a fim de se obter uma perfeita compreensão de todas as partes que o compõem.
- 2.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na Planilha Orçamentária, anexa ao presente Termo de Referência.
- 2.5. A licitação será realizada na modalidade **PREGÃO**, pelo critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, no regime de execução por





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

**PREÇO UNITÁRIO**, nos termos do Art. 6, inciso XXVIII, e Art. 46, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

- 2.6. **A execução dos serviços atenderá ao prazo de 2 (dois) meses**, conforme Cronograma Físico-Financeiro, a partir da emissão da Ordem de Serviço.
- 2.7. **O prazo de vigência da contratação será de 4 (quatro) meses**, a contar da assinatura do instrumento contratual, observando-se o artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável na forma do artigo 111 do referido diploma legal.
- 2.8. Conforme a nova lei de licitações 14.133/2021 art. 91 “§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo”.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.
- 3.3. As condições, requisitos e regras que regem a presente contratação subordinam-se à Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas.
- 3.4. A contratação mostra-se extremamente necessária para o poder público. Para tanto e por isso, justifica-se o pedido de contratação que venha dar suporte as ações e serviços que serão desenvolvidos, frisa-se que com o grande quantidade de veranista, se faz necessario a manter a cidade limpa, para que com isso, possamos efetivamente cumprir a obrigações assumidas, para a continuidade dos serviços considerados de natureza essencial e contínua.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 4.2. O orçamento que acompanha este documento é fonte de referência para a licitação.
- 4.3. Todos os serviços constantes destas especificações e da planilha englobam fornecimento de materiais e mão de obra.
- 4.4. O orçamento de referência e este Termo de Referência se complementam e deverão ser obedecidos.
- 4.5. As normas, métodos de ensaio e padrões, aprovados e recomendados pela ABNT, assim como toda legislação pertinente a serviços de engenharia em vigor, em especial no tocante à segurança do trabalho, fazem parte integrante deste Termo de Referência, como se nela estivessem transcritas, bem como à legislação urbanística e código de obras municipal.
- 4.6. Os serviços a serem executados compreendem:
  - 4.6.1. Roçagem Manual e Mecânica;
  - 4.6.2. Limpeza de Vias, Logradouros Públicos e Áreas Destinadas a Eventos Temporários;
  - 4.6.3. Limpeza e Manutenção de Praças;
  - 4.6.4. Limpeza Mecanizada de Vias;
  - 4.6.5. Equipe de Limpeza Urbana Distrital;
- 4.7. As áreas de limpeza costeira se delimitaram as orlas das praias do Farol Velho, Maçarico e Atalaia.
- 4.8. Todo resíduo domiciliar Classe II A coletado será destinado ao Local onde é feito o descarte atualmente, com DMT apresentado na Memória de Cálculo (Anexo IV).
- 4.9. Os resíduos Classe II B serão destinados ao local que é realizado o descarte atualmente.
- 4.10. Os resíduos passíveis de reutilização, reuso e reciclagem coletados, serão destinados em sua totalidade a associações e/ou cooperativas estabelecidas nas áreas de influência da contratada.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, independentemente de citação neste Termo de Referência, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por seus prestadores de serviços.
- 5.2. A CONTRATADA deverá apresentar **Licenciamento Ambiental documento emitido pelo órgão ambiental municipal fiscalizador, conforme Resolução**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

**COEMA vigente, comprovando que a empresa possa realizar coleta e transporte de resíduos.**

- 5.3. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os resíduos coletados na faixa de areia e logradouros sejam segregados e destinados a local devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente, sendo vedado o descarte em bota-foras ou lixões, sob pena de sanções administrativas e contratuais.
- 5.4. Para critério de atendimento do item 5.2, a apresentação da respectiva documentação deverá ser na fase de execução.

**Sustentabilidade**

- 5.5. Os critérios de sustentabilidade adotados encontram-se pormenorizado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 5.6. Constituição e composição oriunda do uso de materiais/produtos/insumos e mão-de-obra de boa procedência, sob registro e funcionamento de acordo com as legislações correlatas, atender as normas de qualidade, saúde/sanitárias, segurança e sustentabilidade do INMETRO, ABNT, ANVISA, SEMMA e demais órgãos e agências reguladoras competentes.
- 5.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 5.8. Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com material proveniente de reflorestamento.
- 5.9. O objeto contratado deve atender à legislação federal, estadual e municipal referente à sustentabilidade, no que couber;
- 5.10. Atender a Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos
- 5.11. Para além dos criterios mencionandos anteriormente, a execução do objeto deverão ser considerados diversos critérios que abordem aspectos ambientais, sociais e econômicos durante seu planejamento e execução.
- 5.12. As medidas se tornam essenciais para a garantia da sustentabilidade na implantação do objeto assegurando o bem-estar das pessoas e do meio ambiente em envolvimento. Além de obedecer ao Decreto Estadual Nº. 4.193, de 18 de setembro de 2024.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 5.13. À CONTRATADA compete atender, para critérios de sustentabilidade:
- 5.13.1. Gestão de resíduos sólidos: Coleta seletiva e destinação adequada de resíduos recicláveis e não recicláveis. Redução da geração de resíduos. Utilização de tecnologias limpas para tratamento e disposição final de resíduos.
- 5.13.2. Redução da emissão de poluentes e de gases do efeito estufa;
- 5.13.3. Utilização de equipamentos e materiais: Utilização de veículos e equipamentos com baixa emissão de poluentes. Utilização de produtos de limpeza biodegradáveis e com baixo impacto ambiental. Priorização de materiais reciclados e recicláveis.
- 5.13.4. Eficiência Energética: Utilização de equipamentos e veículos com baixo consumo de energia. Otimização de rotas de coleta para reduzir o consumo de combustível.
- 5.13.5. Condições de Trabalho: Garantia de condições de trabalho seguras e saudáveis para os trabalhadores. Remuneração justa e benefícios adequados. Respeito aos direitos trabalhistas.
- 5.13.6. Impacto local e comunitário: Inclusão de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Geração de emprego e renda para a população local. Promoção da educação ambiental e da conscientização sobre a importância da limpeza urbana.
- 5.13.7. em áreas de dunas e restingas (APPs), a limpeza deve ser obrigatoriamente manual para preservar a vegetação e a microfauna, deixando o maquinário apenas para a faixa de areia batida.
- 5.13.8. Fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias.

#### **Critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela CONTRATADA**

- 5.14. Devido ao caráter do objeto que se enquadra nos serviços de saneamento, envolvendo a remoção de um grande volume de resíduos sólidos e descarga de material utilizando caçambas, foi considerado como um serviço especial de engenharia. Por isso, é necessário a empresa licitante possuir no quadro técnico engenheiro responsável pela execução dos serviços.
- 5.15. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 5.16. Comprovação de capacitação técnico-operacional, mediante a apresentação de um ou mais atestados de capacitação técnico-operacional, fornecido por pessoa jurídica



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da empresa licitante, relativo à execução de serviço compatível (em características e quantidades) com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, conforme listadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	Limpeza Urbana	und	1,00

5.17. A justificativa para a exigência de comprovação de capacidade técnico operacional dos itens supracitados embasam-se em requisitos técnicos e de valores, sendo eles:

5.17.1. **Item 01:** A exigência de acervo técnico em Limpeza Urbana justifica-se pela essencialidade e continuidade dos serviços, que incluem varrição, coleta de resíduos, roçagem e limpeza de vias e praias, especialmente em períodos de alta demanda em Salinópolis. A comprovação de experiência prévia garante a capacidade operacional da empresa, reduzindo riscos de falhas na execução e assegurando a manutenção da salubridade, organização urbana e preservação ambiental, sendo, portanto, item de extrema relevância para a contratação.

5.18. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – capacitação técnico-profissional CAT, expedida pelo CREA e/ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Limpeza Urbana

5.19. Os responsáveis técnicos acima elencados serão aqueles que preencherem as seguintes características: O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

certame.

- 5.20. No decorrer da execução do serviço, os profissionais pertencentes à Equipe Técnica Principal poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, por meio de apresentação de qualificação técnica profissional, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 5.21. Comprovação de possuir em seu quadro técnico permanente ou que comprove a disponibilidade do responsável técnico detentor da Certidão de Acervo Técnico (CAT), por qualquer meio que denote o compromisso, ainda que futuro, com a contratada, podendo ser carteira de trabalho, declaração de futura contratação, contrato de prestação de serviços ou atos constitutivos da empresa. Este responsável técnico deverá apresentar, na data prevista para entrega da proposta, **01 (um) Engenheiro Civil e/ou 01 (um) Engenheiro Ambiental e/ou Engenheiro Sanitarista, detentor de pelo menos 01 (uma) CAT** que será o profissional responsável pelo objeto desta licitação, devendo ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado ART correspondente ao serviço prestado, comprovando que o profissional já prestou os serviços relacionados e pertinentes ao objeto desta licitação. O profissional deverá apresentar além da comprovação exigida, a Certidão de Registro e Quitação na entidade Profissional competente (CREA/CAU).
- 5.22. A CONTRATADA deverá comunicar com antecedência à fiscalização o nome dos responsáveis técnicos, com suas prerrogativas profissionais.
- 5.23. A CONTRATADA terá responsabilidade na forma da Lei - Art. 618 do Código Civil Brasileiro, pela qualidade, segurança e garantia dos serviços.
- 5.24. A proponente deverá apresentar anexado a sua proposta, todas as composições de custos unitários dos serviços contidos nas planilhas, composições auxiliares, a Composição referente à Bonificação e Despesas Indiretas – BDI, Composição de Leis Sociais e ainda o Cronograma físico – financeiro.
- 5.25. Os valores dos serviços relacionados nestas especificações, e que não constarem diretamente da planilha de quantitativos, deverão ser considerados, e seus custos diluídos nos itens afins, e contidos nas composições de custos, quando for o caso.
- 5.26. Nas especificações devem ficar perfeitamente entendidas que todos os casos de caracterização de materiais ou equipamentos por determinada marca, fica subentendido a condição "ou equivalente" a juízo da fiscalização.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 5.27. Nos preços unitários totais deverão estar incluídas todas as despesas, diretas, indiretas e BDI, entre outras tais como: compra de materiais, uso de equipamentos, mão-de-obra, encargos sociais, seguros, controles tecnológicos.
- 5.28. A não observação, em tempo hábil, pela fiscalização, da execução de parte ou o todo de um serviço de forma insatisfatória, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA em tornar satisfatório toda ou parte do serviço.
- 5.29. A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer dano ou prejuízo causado ao patrimônio do Estado do Pará, ou a terceiros, decorrentes da utilização inadequada de pessoal, equipamentos, máquinas, ferramentas ou materiais.
- 5.30. O recolhimento dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) e das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA e CAU, ficarão a cargo da Contratada, sendo indispensável a sua apresentação na ocasião da Ordem Início dos Serviços.

**Diretrizes**

- 5.31. O objeto do contrato deverá atender também às seguintes diretrizes:
- 5.31.1. Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 5.31.2. Normas Técnicas e Legislações Vigentes, inclusive Legislações Ambientais;
- 5.31.3. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as Resoluções RDC da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- 5.31.4. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);
- 5.31.5. Instruções e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e dos Órgãos do Sistema do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CREA/CONFEA).

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, através de ofício ou memorando, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o eventualmente o uso de mensagem eletrônica para esse fim e só assim produzirá seus efeitos.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. Sem prejuízo das disposições contidas neste Termo de Referência, as regras relativas às obrigações entre Contratante e Contratado estarão detalhadas na Minuta do Instrumento Contratual correspondente, componente dos anexos do Edital da Licitação.

#### **Subcontratação**

- 6.7. A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto do contrato.
- 6.8. A CONTRATADA somente poderá contratar parcialmente ou em caso específicos, serviços especializados, com prévia autorização da SEOP, **neste caso em particular, a contratada poderá subcontratar o serviço de transporte de resíduos, que representa, aproximadamente, 30% do total dos serviços.**
- 6.9. Se autorizada efetuar a contratação, excepcionalmente, de parte dos serviços, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades, sendo responsável por esta, perante a CONTRATANTE, bem como, responderá perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto deste tipo de contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 6.10. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil da SEOP.

**Garantia da Contratação**

- 6.11. Será exigida garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, e terá seu valor atualizado nas mesmas condições contratuais.
- 6.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

**Compete à Contratada**

- 6.13. Atender prontamente quaisquer informações solicitadas pela Fiscalização da SEOP dados referentes aos serviços.
- 6.14. Facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização da SEOP permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.
- 6.15. Cumprir todas as prescrições referentes às leis trabalhistas e da previdência social.

**Cabe à Fiscalização**

- 6.16. A relação mútua entre a SEOP e a CONTRATADA será mantida por intermédio da FISCALIZAÇÃO, a qual irá exercer ação fiscalizadora dos trabalhos, durante todo o período de sua execução.
- 6.17. A FISCALIZAÇÃO será exercida por servidor público efetivo, o qual, em caso de impedimento, será substituído pelo seu respectivo suplente, ambos pertencentes ao quadro técnico da Diretoria de Fiscalização da SEOP, a serem nomeados pelo titular do órgão através de Portaria a ser publicada em Diário Oficial, devendo:
- 6.18. Ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que essa tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer reclamação sobre a utilização inadequada de equipamentos e/ou materiais que venham comprometer no resultado do produto final dos trabalhos.
- 6.19. Cobrar que CONTRATADA retire imediatamente da equipe técnica executora dos





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

trabalhos qualquer empregado que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

- 6.20. Exigir da CONTRATADA a manutenção de um registro diário das ocorrências importantes ao andamento dos serviços, devendo, a FISCALIZAÇÃO, atestar, em caso de concordância com o descrito e, podendo, também, acrescentar algo que considere relevante.
- 6.21. Confirmar à CONTRATADA, que todas as comunicações entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA ou vice-versa, deverão ser transmitidas por escrito em ofício ou memorando e/ou através de e-mail, e só assim produzirão seus efeitos, as mensagens enviadas via aplicativos de celular não serão consideradas oficiais. Devendo a CONTRATADA emitir um relatório quinzenal para a FISCALIZAÇÃO como modo de controle do andamento dos serviços.
- 6.22. Aprovar, previamente, o plano de execução dos serviços, apresentados pela CONTRATADA, que deverá conter todos os processos e métodos de trabalho.
- 6.23. Emitir em tempo hábil, formalmente, para a CONTRATADA, através de memorando ou anotação no diário de ocorrências, todos os pareceres, orientações, informações, e solicitações julgados necessários, sendo que também poderá ser feito anotações e solicitações através de equipe técnica específica a qual deverá acompanhar via Gerenciamento, Acompanhamento e Supervisão os serviços.
- 6.24. Atender prontamente a qualquer consulta formulada, desde que pertinentes, e solicitar o seu registro, pela CONTRATADA, no Diário de Ocorrências.
- 6.25. Exigir, quando for o caso, que a CONTRATADA apresente os comprovantes de Coletas de Preços, Faturas, Notas, certificado de qualificação e outros documentos.
- 6.26. Dar ciência à CONTRATANTE, de ocorrências que possam levar a aplicação de penalidades à CONTRATADA, em inadimplemento de cláusulas contratuais.
- 6.27. Relatar antecipadamente, à CONTRATANTE, ocorrência ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou que possam trazer prejuízos a terceiros.
- 6.28. Os casos omissos ou as dúvidas que porventura surgirem no decorrer dos serviços serão resolvidos pela FISCALIZAÇÃO com a anuência da CONTRATANTE.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

#### **Diário de Ocorrências**

- 6.29. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de um "Diário de Ocorrências".
- 6.30. Deverão ser obrigatoriamente registrados no "Diário de Ocorrências" pela CONTRATADA:
- 6.30.1. A quantidade diária de operários e sua função.
  - 6.30.2. As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos.
  - 6.30.3. As falhas nos serviços de terceiros não sujeitos a sua ingerência.
  - 6.30.4. As consultas à fiscalização.
  - 6.30.5. As datas de início e conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado.
  - 6.30.6. Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos.
  - 6.30.7. As respostas às interpelações da fiscalização.
  - 6.30.8. A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para o serviço.
  - 6.30.9. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.
- 6.31. Deverão ser obrigatoriamente registrados no "Diário de Ocorrências" pela Fiscalização:
- 6.31.1. As observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no diário.
  - 6.31.2. As observações sobre o andamento do serviço, tendo em vista os prazos e cronogramas.
  - 6.31.3. As soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para autoridade superior.
  - 6.31.4. As restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe.
  - 6.31.5. Outros fatos que, a juízo da Fiscalização, devam ser objeto de registro.

#### **Acidentes**

- 6.32. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho durante a execução dos serviços contratados, uso indevido de patentes registradas e, ainda, a danificação resultantes de casos fortuitos e por quaisquer causas que impeçam a aceitação definitiva dos trabalhos pela SEOP bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

dos serviços contratados.

- 6.33. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários ao bom desempenho dos trabalhos. Os equipamentos de proteção individual serão fornecidos conforme a função de cada empregado e condições de risco da área de atuação. Para isso a CONTRATADA deverá possuir os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) básicos de uso obrigatório e os complementares que serão fornecidos em função de condições especiais de trabalho.

#### **Documentação Técnica Fornecida pela SEOP**

- 6.34. Com este Termo de Referência, serão disponibilizados os seguintes documentos para auxílio na execução dos serviços objetos do presente Termo de Referência:
- 6.34.1. **Planilha Orçamentária e complementos** (BDI, Composição de encargos sociais, CPU e Cronograma físico-financeiro).
- 6.35. A CONTRATADA deverá elaborar um documento, informando à CONTRATANTE os resultados da verificação preliminar feita obrigatoriamente antes do início dos serviços, apontando discrepâncias, omissões ou erros, inclusive sobre quaisquer transgressões às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, evitando, desta forma, futuros embaraços ao perfeito desenvolvimento do serviço.
- 6.36. Se algum aspecto deste Termo de Referência estiver em desacordo com normas vigentes da ABNT, CREA, CAU, e Normas municipais, estaduais ou federal, prevalecerá a prescrição contida nas normas desses órgãos e legislações.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **Preposto**

- 7.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de execução do serviço, em horário comercial.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 7.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

- 7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**Fiscalização Técnica**

- 7.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.6. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**Fiscalização Administrativa**

- 7.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 7.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**Gestor do Contrato**

- 7.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **8. RESULTADOS PRETENDIDOS**

- 8.1. O contratação busca como resultado atender à demanda de limpeza urbana, especialmente durante os períodos de alta procura turística, atendendo às necessidades extraordinárias da cidade nesses meses.
- 8.2. A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação e Termo de Referência.
- 8.3. A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços. A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação, Termo de Referência e Memorial.

#### **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

##### **Medições**

- 8.4. As medições para faturamento deverão ser precedidas de solicitação da contratada, com antecedência de 5 (cinco) dias, instruída com os seguintes documentos:
- 9.1.1 Relatório dos Serviços Realizados, especificando tecnicamente todos os serviços executados no período aferido, instruído com fotos que comprovem a execução;
- 9.1.2 Boletim de Medição, em modelo fornecido pela SEOP, impresso com o timbre da CONTRATADA, assinado pelo responsável técnico do contrato, contendo as informações aferidas no período de apuração, sobre:
- 9.1.2.1. Os itens e quantitativos dos serviços executados no período e valores respectivos;
- 9.1.2.2. Os itens e quantitativos executados antes do período (acumulado anterior) e valores respectivos;
- 9.1.2.3. Os itens e quantitativos executados incluindo o período atual (acumulado atual) e valores respectivos;
- 9.1.2.4. Os itens e quantitativos que ainda faltam ser executados (saldo) e valores respectivos;
- 9.1.3. Memória de cálculo referente aos serviços executados.
- 9.1.4. Cronograma refletindo o andamento do serviço.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 9.2. O boletim de medição será analisado e conferido pelo fiscal da SEOP, acompanhado por representante da CONTRATADA, sendo que eventuais divergências deverão ser comunicadas à CONTRATADA para a realização de eventuais ajustes.
- 9.3. Serão medidos apenas os serviços efetivamente executados em obediência à documentação técnica que integra o presente contrato.
- 9.4. O Boletim de Medição, após efetivada a conferência de suas informações, será aprovado pelo fiscal da SEOP, mediante aposição de sua assinatura no referido documento, que o submeterá para aprovação da Diretoria de Fiscalização da SEOP.
- 9.5. A liberação da Primeira Medição está condicionada a apresentação da seguinte documentação:
- 9.5.1. ART's e/ou RRT's de execução e FISCALIZAÇÃO;
- 9.6. A liberação da Última Medição, da Caução e da Emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Serviço está condicionada a apresentação dos seguintes elementos:
- 9.6.1. Notas Fiscais, Certificados de Garantia e documentos referentes à aquisição de equipamentos, máquinas e aparelhos, se for o caso;
- 9.6.2. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), se for o caso;
- 9.6.3. Habite-se do prédio, se for o caso.
- 9.7. Após aprovação do Boletim de Medição pela SEOP, será comunicado o CONTRATADO para dar início ao procedimento de pagamento.

#### **Condições de pagamentos**

- 9.8. Os pagamentos, referentes à execução dos serviços, serão efetuados em estrita conformidade com os serviços registrados nos boletins de medição, correspondendo às etapas concluídas do cronograma, mediante a apresentação dos seguintes documentos em original:
- 9.8.1. Nota fiscal/Fatura com a discriminação resumida dos serviços executados, período da medição, número da licitação, número do Termo de Contrato e/ou Convênio, sem rasuras e/ou entrelinhas.
- 9.8.1.1. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal, Fatura ou Recibo de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2110/2022.
- 9.8.2. Cópia da Guia de Recolhimento da Previdência Social – GPS do período de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

execução do serviço, devidamente quitada e autenticada, acompanhada do Relatório GFIP/SEFIP, com recolhimento no registro do CNO do serviço.

9.8.3. Cópia da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, do período de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada, acompanhada do Relatório Analítico da GRF.

9.8.3.1. Em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 116, de 31.07.03, e a propósito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre a execução contratual:

9.9. Se a legislação municipal atribuir à Administração a condição de responsável pelo crédito tributário, deve ser observado o seguinte procedimento:

9.9.1. Em cumprimento à legislação do Município do local, o CONTRATANTE, na qualidade de responsável pelo crédito tributário, deverá reter e recolher ao referido Município, no prazo legal ou regulamentar, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN, incidente sobre o valor das notas fiscais/faturas, apresentadas pela CONTRATADA;

9.9.2. Por ocasião da emissão das notas fiscais/faturas, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção relativo ao ISSQN, bem como indicar os valores não incluídos na base de cálculo do referido imposto, quando for o caso.

9.10. Se a legislação municipal não atribuir à Administração a condição de responsável pelo crédito tributário, deve ser observado o seguinte procedimento:

9.10.1. Por ocasião da apresentação ao CONTRATANTE das notas fiscais/faturas, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, por meio de cópia da guia de recolhimento correspondente aos serviços executados, relativos à nota fiscal/fatura apresentada para pagamento;

9.10.2. Se por ocasião da emissão da nota fiscal/fatura não houver decorrido o prazo legal para o recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do vencimento do prazo legal para o recolhimento do imposto;

9.11. A não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes até a regularização.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 9.12. A CONTRATADA deverá, ainda, comprovar a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as exigências estabelecidas no instrumento do contrato.
- 9.13. A documentação necessária ao procedimento de pagamento deverá ser apresentada pela CONTRATADA, em 02 (duas) vias (original e cópia) perante o protocolo da SEOP.
- 9.14. O pagamento será efetuado pela Diretoria Financeira – DIFIN da SEOP-PA.
- 9.15. O pagamento deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da fatura/nota fiscal, instruída com todos os documentos relacionados nesta cláusula.
- 9.16. Em caso de devolução da Nota Fiscal/ Fatura (e documentos) para correção ou complementação, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua correção ou complementação, mediante novo protocolo pela CONTRATADA.
- 9.17. A devolução de qualquer fatura por desconformidade com a medição ou descumprimento de condições contratuais em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.
- 9.18. Reter, conforme o DECRETO Nº 3.532, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza referente aos pagamentos efetuados à pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, pelos órgãos, fundos, autarquias e fundações da Administração Pública Estadual, deverá a CONTRATADA destacar, no documento fiscal referente aos pagamentos, o valor do imposto a ser retido na operação, conforme os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 9.19. No caso de a pessoa física ou jurídica, responsável pelo fornecimento do bem ou pela prestação dos serviços, não observar as normas referentes aos documentos fiscais, os órgãos, fundos ou entidades deverão notificá-la para correção, sob pena de recusa do documento e consequente instauração de procedimento administrativo, nos termos do Art. 3º e parágrafos, do decreto supramencionado”.
- 9.20. Os pagamentos, serão efetuados preferencialmente, através de credito aberto em conta corrente da CONTRATADA, no Banpará.
- 9.21. No caso de empresas brasileiras e empresas estrangeiras sediadas no Brasil, que





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

tenham apresentado cotação em moeda estrangeira, o pagamento será sempre efetuado em reais, com base na taxa de câmbio publicada pelo Banco Central do Brasil, em vigor no dia útil anterior ao efetivo pagamento.

- 9.22. Para a liberação da primeira parcela, além das demais cláusulas de pagamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

9.22.1. Comprovação da ART ou RRT, com referência expressa ao número do contrato, seu objeto, número do processo com todos os seus campos integralmente preenchidos;

- 9.23. Comprovação de cumprimento da garantia contratual no percentual de 5% do valor do contrato, nos termos do art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 9.24. Para a liberação da última parcela, além das demais cláusulas de pagamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

9.24.1. Notas Fiscais, Certificados de Garantia e Documentos referentes à aquisição de equipamentos, máquinas e aparelhos;

- 9.25. A SEOP se reserva o direito de recusar a realização de pagamento, se no ato da verificação e atesto pelo fiscal, o mesmo observar que os serviços não estão de acordo com as especificações apresentadas, devendo ser relatado o fato por escrito. O pagamento só será realizado após as devidas correções pela contratada.

- 9.26. A SEOP poderá realizar compensações financeiras e/ou deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.

- 9.27. A realização de pagamentos não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará aprovação definitiva dos serviços por ela executados.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. O custo global para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência está orçado em **R\$ 5.048.202,52 (Cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentos e dois reais e cinquenta e dois centavos)**, tendo como referência a planilha orçamentária, que contempla as atividades necessárias para a consecução dos respectivos com recursos providos do Governo de Estado do Pará e contrapartida da Prefeitura Municipal de Salinópolis.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

- 10.2. O valor estabelecido neste instrumento poderá sofrer alterações, com a possibilidade de acréscimos e/ou supressões, devidamente justificadas, mediante a celebração de termo aditivo, devidamente observados os limites, requisitos e exigências previstas em lei.

#### **11. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 11.1. **O prazo para execução dos serviços será de 2 (dois) meses**, contados a partir da Ordem Início de Serviço, conforme as condições estabelecidas na licitação indicada neste instrumento e seus anexos.
- 11.2. **O prazo de vigência do presente contrato será de 4 (quatro) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo devidamente formalizado, nas hipóteses previstas no artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **12. CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

- 12.1. A Prefeitura Municipal de Obras exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução dos serviços, nos termos previstos no Contrato, a qualquer hora, podendo este ser auxiliada por engenheiros contratados ou pertencentes aos quadros da Prefeitura Municipal de Salinópolis para aprovação dos serviços executados, pertinentes às normas regulamentadoras correlatas, individual ou conjuntamente, para todos os efeitos, adotando os procedimentos e padrões previstos nos Anexos do Contrato.

#### **13. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- 13.1. O presente Termo de Referência buscou apresentar as condições mínimas exigidas para a formulação de propostas, com vistas à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais visando a contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA PÚBLICA**, no município de Salinópolis/PA. Contudo, faz-se importante reiterar que:
- 13.2. É de responsabilidade total da CONTRATADA o fornecimento de todo o material, equipamentos e mão de obra necessária à execução dos serviços, bem como encargos, taxas e outras despesas, como segurança, despesas com pessoal, medicina e higiene do trabalho a serem mantidos.
- 13.3. Todos os trabalhos serão efetuados durante a execução dos serviços, motivo pela



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

qual deverão ser tomadas as medidas inerentes e indispensáveis à completa segurança dos funcionários.

- 13.4. As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.
- 13.5. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas junto a Secretaria Municipal de Obras / Pr. Ananias Vicente Rodrigues, 118 - Centro – Salinópolis - Pará / CEP 68.721-000, SALINÓPOLIS / PA / Brasil.

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209 Assinado de forma digital por  
WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA  
COSTA:02186933209

**ENG. WESLEN CRISTIAN AVIZ DA COSTA**  
CREA-PA 151726842-7  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	
INFORMAÇÕES BÁSICAS	
REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Prefeitura Municipal de Salinópolis - PMS	DITEC/ SEOP
I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	
<b>QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?</b>	<p>O município de Salinópolis é destino certo no turismo estadual e nacional, tendo as praias como a principal atração. O município possui população local estimada de 44.772 habitantes, entretanto nos meses de veraneio esse número chega a decuplicar (10x) com a presença de turistas e visitantes. Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo – SETURSAL, no mês de dezembro de 2023 a estimativa de veranistas foi aproximadamente 498.610 pessoas.</p> <p>Portanto, o intenso fluxo de pessoas nesse período traz consigo grandes impactos na prestação dos serviços públicos, em especial nos que tange o funcionamento da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana – SELURB. Esta possui maquinário reduzido e sucateado, <u>sem a devida capacidade</u> para realizar a higienização e coleta dos resíduos excedentes ao volume produzido pela população local. Além disso, Salinópolis conta com uma área de 45 km de extensão de praias, devendo ser mantida a limpeza dessa zona de areia.</p> <p>Então apesar de todo empenho e cooperação técnica, o Município possui carência de serviços de limpeza, motivo pelo qual diminui eficiência dos trabalhos de campo, assim foi solicitado o auxílio do Governo do Estado, com a finalidade de garantir o interesse público do município e dos veranistas.</p> <p>Desta forma, a Prefeitura Municipal de Salinópolis, através de Ofício 017/2026 GAB/ PREFEITO, de 11 de março de 2026, solicitou apoio do Governo do Estado do Pará, para atendimento da demanda.</p> <p>Exposto os fatos, a contratação de uma empresa de engenharia para a realização de serviços de limpeza pública em vias e logradouros públicos, praças e praias é essencial para garantir a manutenção da qualidade ambiental e o bem-estar da população. Este tipo de trabalho requer uma abordagem técnica que considere não apenas a limpeza visível, mas também os impactos ambientais e a preservação dos ecossistemas locais.</p> <p>Dentro da perspectiva da engenharia ambiental, os serviços de limpeza pública desempenham um papel fundamental na mitigação de impactos ambientais, como:</p>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Contaminação do solo e da água:</b> A remoção adequada de resíduos evita a poluição e garante a preservação dos recursos hídricos e dos ecossistemas terrestres.</li><li>• <b>Saúde pública:</b> A limpeza contribui para a redução de vetores de doenças, como insetos e roedores, promovendo a saúde coletiva.</li><li>• <b>Preservação de áreas naturais:</b> A limpeza das praias e praças deve ser feita com técnicas que não prejudiquem a vegetação nativa ou os habitats de animais locais.</li><li>• <b>Gestão de resíduos:</b> A empresa contratada deve apresentar soluções eficientes para coleta, transporte e destinação adequada dos resíduos, seguindo os preceitos da sustentabilidade.</li></ul> <p>Além disso, a necessidade de cumprimento das legislações ambientais vigentes exige que a empresa contratada tenha expertise em práticas sustentáveis e em conformidade com as normas de órgãos reguladores.</p>	
<b>QUAL O TIPO DE OBJETO?</b>	<input type="checkbox"/> Bens	<input type="checkbox"/> Serviços Gerais <input type="checkbox"/> Obra <input checked="" type="checkbox"/> Serviço <input checked="" type="checkbox"/> Serviço Comum de Engenharia <input type="checkbox"/> Serviço Especial de Engenharia
<b>II. PREVISTO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA)</b>		
<input type="checkbox"/> Sim		<input checked="" type="checkbox"/> Não
<p>O objeto não está previsto no plano de contratação anual (PCA). A demanda decorre de ação extraordinária não prevista no planejamento inicial decorrente do aumento populacional sazonal citado.</p>		
<b>III. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO</b>		
<b><u>Critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela contratada</u></b>		
<p>Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;</p> <p>Comprovação de capacitação técnico-operacional, mediante a apresentação de um ou mais atestados de capacitação técnico-operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da empresa contratada, relativo à execução de serviço compatível (em características e quantidades) com o objeto da presente contratação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da contratação.</p> <p>A Contratada deverá ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes a integridade ambiental, conoforme dita Art. 67 da Lei 14.133/21</p>		



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

No decorrer da execução do serviço, os profissionais pertencentes à Equipe Técnica Principal poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, por meio de apresentação de qualificação técnica profissional, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

A CONTRATADA deverá comunicar com antecedência à fiscalização o nome dos Engenheiros responsáveis, com suas prerrogativas profissionais.

A CONTRATADA terá responsabilidade na forma da Lei - Art. 618 do Código Civil Brasileiro, pela qualidade, segurança e garantia dos serviços.

A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer dano ou prejuízo causado ao patrimônio do Governo do Estado do Pará, ou a terceiros, decorrentes da utilização inadequada de pessoal, equipamentos, máquinas, ferramentas ou materiais.

O recolhimento dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) e das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA e CAU, ficarão a cargo da Contratada, sendo indispensável a sua apresentação na ocasião da Ordem Início dos Serviços.

#### **Requisitos de sustentabilidade**

A contratação deverá obedecer aos critérios estabelecidos no Decreto Estadual Nº. 4.193, de 18 de setembro de 2024. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais de execução dos serviços, removendo e promovendo a devida destinação.

Constituição e composição oriunda do uso de materiais/produtos/insumos e mão-de-obra de boa procedência, sob registro e funcionamento de acordo com as legislações correlatas, atender as normas de qualidade, saúde/sanitárias, segurança e sustentabilidade do INMETRO, ABNT, ANVISA, SEMMA e demais órgãos e agências reguladoras competentes.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com material proveniente de reflorestamento.

O objeto contratado deve atender à legislação federal, estadual e municipal referente à sustentabilidade, no que couber;

Atender a Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

**Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados**

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os elementos aplicáveis na execução dos serviços, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/PA);
- Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- Lei 12.305 de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos.
- Resolução COEMA nº 117, de 25 de novembro de 2014;

Atender as cláusulas e condições para a execução dos serviços, que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado.

**Garantia da Contratação**

Será exigida garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, e terá seu valor atualizado nas mesmas condições contratuais.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

<b>SERVIÇO CONTINUADO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não		
<b>HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?</b>	<input type="checkbox"/> Sim	Contrato nº: Prazo final: <input checked="" type="checkbox"/> Não.		
<b>QUAL A PREVISÃO DE VIGÊNCIA DO SERVIÇO?</b>	<input type="checkbox"/> 6 meses	<input type="checkbox"/> 24 meses	____ dias	
	<input type="checkbox"/> 12 meses	<input type="checkbox"/> 36 meses	<input checked="" type="checkbox"/> Outro	__2__ meses
	<input type="checkbox"/> 18 meses	<input type="checkbox"/> 48 meses		____ anos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

**HÁ CRITÉRIOS DE  
SUSTENTABILIDADE?**

Para a execução do objeto deverão ser considerados diversos critérios que abordem aspectos ambientais, sociais e econômicos durante seu planejamento e execução. As medidas se tornam essenciais para a garantia da **sustentabilidade** na implantação do objeto assegurando o bem-estar das pessoas e do meio ambiente em envolvimento. Além de obedecer ao Decreto Estadual Nº. 4.193, de 18 de setembro de 2024. Os critérios adotados serão os seguintes:

**CrITÉrios Ambientais:**

- **Gestão de Resíduos Sólidos:**

Coleta seletiva e destinação adequada de resíduos recicláveis e não recicláveis.

- **Redução da geração de resíduos.**

Utilização de tecnologias limpas para tratamento e disposição final de resíduos.

Minimização da emissão de gases de efeito estufa.

- **Utilização de Equipamentos e Materiais:**

Utilização de veículos e equipamentos com baixa emissão de poluentes.

Utilização de produtos de limpeza biodegradáveis e com baixo impacto ambiental.

Priorização de materiais reciclados e recicláveis.

- **Eficiência Energética:**

Utilização de equipamentos e veículos com baixo consumo de energia.

Otimização de rotas de coleta para reduzir o consumo de combustível.

**CrITÉrios Sociais:**

- **Condições de Trabalho:**

Garantia de condições de trabalho seguras e saudáveis para os trabalhadores.

Remuneração justa e benefícios adequados.

Respeito aos direitos trabalhistas.

- **Inclusão Social:**

Inclusão de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.

- **Geração de emprego e renda para a população local.**

Promoção da educação ambiental e da conscientização sobre a importância da limpeza urbana.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

**IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO**

Ver memória de cálculo em anexo.

Malha viária de **343 km**

Calçadas **412 km**, aproximadamente

**44.772** habitantes

Resíduos de lixo diários de aproximadamente 37,57 toneladas, totalizando cerca de 1.142,84 toneladas por mês e 13.714,07 toneladas por ano.

Nos meses de alta temporada (veraneio), quando a população flutuante pode atingir até 250.000 pessoas, a produção de lixo salta para 230 toneladas/dia, acumulando 6.900 toneladas/mês. Essa sazonalidade impacta significativamente a necessidade de reforço na coleta e no manejo de resíduos produzidos.

**V. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**ONDE FORAM  
PESQUISADAS AS  
POSSÍVEIS  
SOLUÇÕES?**

☐ Consulta a fornecedores.

☒ Internet.

☐ Outro.

☐ Contratações similares.

☐ Audiência pública.

Especificar: *(Indicar o meio)*.

O levantamento de mercado demonstrou que os serviços de limpeza urbana, roçagem, coleta de resíduos e limpeza de praias não possuem soluções alternativas, por se tratarem de atividades operacionais que exigem execução direta, com uso de mão de obra e equipamentos específicos.

A execução pela Administração Pública mostra-se limitada frente ao aumento da demanda na alta temporada turística. Assim, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a solução mais adequada para garantir a continuidade e eficiência dos serviços.

**VI. ESTIMATIVAS VALOR DE CONTRATAÇÃO**

É importante ressaltar que esta estimativa serve apenas como balizamento do custo, fornecendo uma base inicial para o planejamento financeiro e orçamentário da obra.

Esta estimativa é baseada em planilhas referenciais nacionais SINAPI e SEOP. A utilização das planilhas referenciais nos permite obter valores atualizados e alinhados com a realidade do mercado da construção civil. Esses sistemas oferecem uma referência confiável de custos unitários para materiais, mão de obra e serviços, considerando as especificidades regionais e as variações de mercado. Em relação aos itens "Serviços Preliminares e Administração da Obra" foram estimados com base nas práticas percentuais usuais deste órgão. Em relação aos itens "Limpeza da praia" e "Coleta de resíduos" os valores foram extraídos da Concorrência 90007/2025 da SEOP, similar ao objeto deste processo.

Com base nos levantamentos de quantidades previamente realizados e utilizando os custos unitários fornecidos pelas planilhas referenciais, calculamos o valor estimado para o serviço de limpeza e roçagem de ruas. Este processo envolveu a multiplicação das quantidades estimadas





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

pelos respectivos custos unitários.

O valor total das atividades está descrito na tabela a seguir e foi feito considerando um BDI de 29,88%.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 254.065,97
2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	R\$ 191.367,61
3	LIMPEZA E ROÇAGEM DE RUAS	R\$ 2.554.626,64
4	LIMPEZA DA PRAIA	R\$ 827.394,30
5	CARGA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PÚBLICOS	R\$ 1.220.748,00
<b>PREÇO TOTAL (R\$)</b>		<b>5.048.202,52</b>

Portanto, para a execução do objeto em questão estima-se o valor de **R\$ 5.048.202,52 (Cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentos e dois reais e cinquenta e dois centavos)**

**VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**O QUE SERÁ  
CONTRATADO?**

O escopo da proposta para contratação deverá contar com os serviços de varrição de rua, roçagem, limpeza de praias, lavagem de espaços públicos e coleta de resíduos sólidos públicos.

Foi previsto os seguintes serviços de limpeza urbana:

- Coleta de resíduos sólidos;
- Varrição de ruas;
- Roçagem manual e mecânica;
- Limpeza de praias e logradouros;

A área onde será feita o descarte dos resíduos foi indicada pela prefeitura municipal de Salinópolis.

Vias que deverão ser contempladas com a limpeza – aproximadamente:

- Malha viária de 343km;
- Calçadas 412km, aproximadamente.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS** **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**



Figura 1 - Vias contempladas com a limpeza



Figura 2 - Praia do Atalaia– Fonte: Kelydson Oliveira



Figura 3 - Orla do Maçarico – Fonte: Kelydson Oliveira



Figura 4 - Fotos retiradas do Facebook – Autor desconhecido

A descrição da solução de varrição de rua, roçagem e limpeza de praias, envolve um conjunto de medidas e processos destinados à limpeza eficaz e sistemática das vias públicas. Essa atividade é fundamental para manter a higiene e a estética urbana, além de contribuir para a saúde



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

pública e o bem-estar da comunidade. Aqui está uma forma organizada de descrever essa solução:

**Planejamento e Organização:** Antes de iniciar a varrição, é crucial planejar e organizar a operação. Isso inclui determinar a frequência e os horários ideais de limpeza, identificar as áreas prioritárias e definir as equipes responsáveis.

**Seleção de Equipamentos:** Utilizam-se equipamentos específicos para a varrição de rua, como varredeiras mecânicas ou manuais, vassouras, sopradores de folhas e aspiradores de resíduos. A escolha do equipamento depende do tipo de superfície e do volume de detritos a serem removidos.

**Remoção de Detritos:** A equipe de varrição percorre as vias públicas, removendo detritos como folhas, galhos, papel, plásticos e outros resíduos sólidos. Os detritos são coletados em sacos ou caçambas apropriadas para posterior descarte.

**Limpeza de Meio-fio e Sarjetas:** Além da varrição das vias, as equipes também limpam os meios-fios e as sarjetas. Isso é essencial para prevenir o acúmulo de resíduos que podem obstruir o sistema de drenagem e causar enchentes.

A solução de coleta de resíduos sólidos é um processo essencial para a gestão adequada dos resíduos gerados pela população e pelas atividades humanas. Abaixo está uma descrição organizada dessa solução:

**Planejamento e Roteamento:** Antes da coleta, é realizado um planejamento detalhado que inclui a definição de rotas e horários de coleta. Isso é feito com base na densidade populacional, na quantidade de resíduos gerados e em considerações logísticas.

**Tipos de Resíduos Recolhidos:** A coleta de resíduos sólidos abrange uma variedade de materiais, incluindo resíduos domésticos (como plásticos, papel, vidro e orgânicos), resíduos comerciais e industriais (como embalagens, restos de materiais e resíduos perigosos).

**Equipamentos e Veículos Especializados:** Para a coleta eficiente, são utilizados diferentes tipos de veículos, como caminhões compactadores, caminhões basculantes e caminhões de coleta seletiva. Esses veículos são equipados com dispositivos adequados para o transporte seguro dos resíduos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

	QUAL A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO? (art.28)	QUAL O CRITÉRIO DE JULGAMENTO?
<b>COMO SERÁ CONTRATADO?</b>	<input type="checkbox"/> Concorrência	<input type="checkbox"/> Menor preço <input type="checkbox"/> Maior Desconto <input type="checkbox"/> Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico <input type="checkbox"/> Maior Retorno Econômico <input type="checkbox"/> Técnica e Preço
	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão	<input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço <input type="checkbox"/> Maior Desconto
	<input type="checkbox"/> Concurso	<input type="checkbox"/> Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico
	<input type="checkbox"/> Leilão	<input type="checkbox"/> Maior lance
	<input type="checkbox"/> Diálogo Competitivo	
	<p>A licitação será realizada na modalidade <b>PREGÃO</b>, pelo critério do tipo <b>MENOR PREÇO</b>, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por <b>PREÇO UNITÁRIO</b>, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, de modo que proporcione transparência e segurança tanto para a contratante quanto para a contratada, evitando possíveis conflitos durante a execução da obra.</p> <p>É sugerido para critério de julgamento a utilização de <b>MENOR PREÇO</b>, conforme previsto no art. 33, inciso I, da Lei 14.133/21. Utilizado em licitações para selecionar a proposta que apresentar o menor valor total para o fornecimento de bens, serviços ou obras, desde que atenda aos requisitos mínimos de qualidade e especificações técnicas estabelecidas. O órgão ou empresa responsável pelo processo define detalhadamente as características dos produtos ou serviços desejados, incluindo especificações técnicas, quantidades, prazos e condições de entrega.</p> <p>No que se refere ao regime de execução do contrato, será adotado o regime de execução por <b>PREÇO UNITÁRIO</b>, conforme previsto no art. 46, inciso I, da Lei 14.133/21. Esse regime de contratação é indicado quando contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.</p>	
	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

<b>HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?</b>	Para o contrato não há necessidade de manutenção.	
<b>VIII. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO</b>		
<b>A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA?</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
	O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento do serviço permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade dos serviços e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.	
<b>IX. RESULTADOS PRETENDIDOS</b>		
<b>QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?</b>	A contratação tem como objetivo atender à demanda de limpeza urbana de vias e logradouros, com a devida destinação final dos dejetos, especialmente durante os períodos de alta procura turística (alta temporada), atendendo às necessidades extraordinárias da cidade nesses meses.	
<b>X. PROVIDÊNCIAS PENDENTES</b>		
<b>HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
	Não há providencias pendentes para o sucesso da contratação.	
<b>XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES</b>		
<b>HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?</b>	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
	Para o contrato não há previsões ou necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.	
<b>XII. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO</b>		
<b>HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
	O art. 45, da Lei nº 14.133/21, adverte que as licitações de serviços de engenharia devem respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços contratados, bem como utilizar recursos que favoreçam a redução do consumo de energia e recursos naturais, além da proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelos serviços contratados, entre outros.	



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

#### **Possíveis Impactos Ambientais Positivos:**

- Melhora na limpeza urbana: Uma gestão eficiente dos resíduos sólidos pode resultar em ruas mais limpas, redução de lixo acumulado em áreas públicas e diminuição da poluição visual.
- Destinação adequada de resíduos: A empresa contratada pode implementar práticas adequadas de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos, evitando lixões a céu aberto que causam contaminação do solo, da água e do ar.
- Aumento da reciclagem: A contratação de uma empresa especializada pode incluir programas de coleta seletiva e reciclagem, desviando materiais reaproveitáveis de aterros sanitários e promovendo a economia circular.
- Redução da proliferação de vetores: A remoção regular e adequada dos resíduos diminui a proliferação de animais transmissores de doenças, como ratos, mosquitos e baratas.
- Educação ambiental: A empresa pode desenvolver programas de conscientização e educação ambiental para a população sobre a importância da separação de resíduos e do descarte correto.

#### **Possíveis Impactos Ambientais Negativos:**

- Emissões de gases: O transporte inadequado dos resíduos pode gerar emissões de gases poluentes e de efeito estufa.
- Consumo de recursos: A operação da empresa de limpeza e gestão de resíduos pode demandar o uso de água, energia e outros recursos naturais.
- Geração de efluentes: O tratamento de resíduos, se não realizado corretamente, pode gerar efluentes líquidos que podem contaminar corpos hídricos.
- Impacto sobre o solo: A disposição inadequada de resíduos ou o vazamento de substâncias durante o transporte e tratamento podem contaminar o solo.
- Ruído: As atividades de coleta e transporte de resíduos podem gerar ruído, causando incômodo à população.

#### **Recomendações:**

Para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos, o município de Salinópolis deve:

- Incluir critérios ambientais no edital de licitação: A seleção da empresa deve considerar sua experiência em gestão ambiental, as tecnologias a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

	<p>serem utilizadas, e suas propostas para minimizar os impactos negativos e promover práticas sustentáveis.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <u>Estabelecer indicadores de desempenho ambiental</u>: O contrato deve incluir indicadores claros para monitorar o desempenho ambiental da empresa, como taxas de reciclagem, redução de resíduos enviados para aterros, e controle de emissões.</li><li>• <u>Realizar um monitoramento ambiental contínuo</u>: A prefeitura deve monitorar as atividades da empresa para garantir o cumprimento das normas ambientais e dos indicadores de desempenho estabelecidos.</li><li>• <u>Promover a participação da comunidade</u>: É importante envolver a população no processo de gestão de resíduos, através de programas de educação ambiental e canais de comunicação para relatório de problemas e sugestões.</li></ul> <p>Diante disso, a contratada deverá observar as normas de proteção ambiental, cabendo a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a o respeito às leis ambientais na consecução dos serviços. É necessário, portanto, que a contratada possua um Plano de Gerenciamento de Resíduos para efetuar a destinação final adequada das perdas e rejeitos de materiais.</p>	
	<b>XIII. CONCLUSÃO</b>	
<b>A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
	Mostra-se viável a obtenção do objeto segundo as condições e especificações previstas neste ETP.	

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209

Assinado de forma digital por  
WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA  
COSTA:02186933209

**ENG. WESLEN CRISTIAN AVIZ DA COSTA**

CREA-PA 151726842-7

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

SERVIÇO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA. NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

LOCAL: SALINÓPOLIS - PA

TABELAS DE REFERÊNCIA : SINAPI MAR 2026 (DESONERADA)

DATA: 05/05/2026

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	BDI SERVIÇOS	29,88%
							PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 254.065,97
1.1	D00323	SEOP	Licenças e taxas da obra	CJ	1,00	R\$ 1.174,64	R\$ 1.525,62	R\$ 1.525,62
1.2	C 01	CPU	Mobilização e Desmobilização	UN	1,00	R\$ 59.557,40	R\$ 77.353,15	R\$ 77.353,15
1.3	C 10	CPU	Placa de obra em lona com plotagem de gráfica	M2	120,00	R\$ 206,79	R\$ 268,58	R\$ 32.229,60
1.4	C 02	CPU	Cone plástico com faixa refletiva para sinalização de via	UN	120,00	R\$ 10,65	R\$ 13,83	R\$ 1.659,60
1.5	C 03	CPU	Placa de sinalização de obra refletiva em alumínio	M2	100,00	R\$ 1.087,91	R\$ 1.412,98	R\$ 141.298,00
2			ADMINISTRAÇÃO DA OBRA					R\$ 191.367,61
2.1	C 04	CPU	Administração local da obra	UN	1,00	R\$ 147.341,86	R\$ 191.367,61	R\$ 191.367,61
3			LIMPEZA E ROÇAGEM DE RUAS					R\$ 2.554.626,64
3.1	98524	SINAPI	Roçagem manual	M2	225.776,00	R\$ 5,50	R\$ 7,14	R\$ 1.612.040,64
3.2	98525	SINAPI	Roçagem mecânica c/ acabamento de gramado e vegetação nativa	M2	161.400,00	R\$ 0,76	R\$ 0,99	R\$ 159.786,00
3.3	99811	SINAPI	Varrição manual de vias públicas	M2	824.000,00	R\$ 0,73	R\$ 0,95	R\$ 782.800,00
4			LIMPEZA DA PRAIA					R\$ 827.394,30
4.1	C 05	CPU	Equipe de limpeza da praia (Maçarico) - Coleta	MÊS	2,00	R\$ 70.782,80	R\$ 91.932,70	R\$ 183.865,40
4.2	C 06	CPU	Equipe de limpeza da praia (Farol Velho) - Coleta	MÊS	2,00	R\$ 106.174,20	R\$ 137.899,05	R\$ 275.798,10
4.3	C 07	CPU	Equipe de limpeza da praia (Atalaia) - Coleta	MÊS	2,00	R\$ 141.565,60	R\$ 183.865,40	R\$ 367.730,80
5			CARGA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PÚBLICOS					R\$ 1.220.748,00
5.1	C 09	CPU	Carga e transporte de resíduos públicos	T	13.800,00	R\$ 68,11	R\$ 88,46	R\$ 1.220.748,00
TOTAL GERAL								R\$ 5.048.202,52

WESLEN CRISTIAN AVIZ  
DA COSTA:02186933209  
ENG. WESLEN CRISTIAN AVIZ DA COSTA

CREA-PA 151726842-7





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

SERVIÇO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA. NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

LOCAL: SALINÓPOLIS - PA

TABELAS DE REFERÊNCIA : SINAPI MAR 2026 (DESONERADA)

DATA: 05/05/2026

RESUMO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 254.065,97	5,03%
2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	R\$ 191.367,61	3,79%
3	LIMPEZA E ROÇAGEM DE RUAS	R\$ 2.554.626,64	50,60%
4	LIMPEZA DA PRAIA	R\$ 827.394,30	16,39%
5	CARGA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PÚBLICOS	R\$ 1.220.748,00	24,18%
PREÇO TOTAL (R\$)		5.048.202,52	100,00%

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209 Assinado de forma digital por  
WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA  
COSTA:02186933209

ENG. WESLEN CRISTIAN AVIZ DA COSTA

CREA-PA 151726842-7



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

SERVIÇO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA. NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

LOCAL: SALINÓPOLIS - PA

TABELAS DE REFERÊNCIA : SINAPI MAR 2026 (DESONERADA)

DATA: 05/05/2026

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	MESES		TOTAL
		1	2	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES R\$ 254.065,97	70,00%	30,00%	100,00%
		R\$ 177.846,18	R\$ 76.219,79	254.065,97
2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA R\$ 191.367,61	51,00%	49,00%	100,00%
		R\$ 97.597,48	R\$ 93.770,13	191.367,61
3	LIMPEZA E ROÇAGEM DE RUAS R\$ 2.554.626,64	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 1.277.313,32	R\$ 1.277.313,32	2.554.626,64
4	LIMPEZA DA PRAIA R\$ 827.394,30	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 413.697,15	R\$ 413.697,15	827.394,30
5	CARGA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PÚBLICOS R\$ 1.220.748,00	50,00%	50,00%	100,00%
		R\$ 610.374,00	R\$ 610.374,00	1.220.748,00
TOTAL SIMPLES		R\$ 2.576.828,13	R\$ 2.471.374,39	5.048.202,52
% SIMPLES		51,04%	48,96%	100%
TOTAL ACUMULADO		R\$ 2.576.828,13	R\$ 5.048.202,52	
% ACUMULADO		51,04%	100,00%	

WESLEN CRISTHIAN AVIZ  
DA COSTA:02186933209  
ENG. WESLEN CRISTIAN AVIZ DA COSTA

Assinado de forma digital por WESLEN  
CRISTHIAN AVIZ DA  
COSTA:02186933209

CREA-PA 151726842-7



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

SERVIÇO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA. NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

LOCAL: SALINÓPOLIS - PA

TABELAS DE REFERÊNCIA : SINAPI MAR 2026 (DESONERADA)

DATA: 05/05/2026

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

COMPOSIÇÃO	CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL SEM BDI (R\$)
<b>C 01</b>			<b>MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO</b>	<b>UN</b>			<b>R\$ 59.557,40</b>
Composição	67826	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_ 06/2014	CHP	224,00	R\$ 201,51	R\$ 45.138,24
Composição	5680	SINAPI	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X2, POTÊNCIA LIQ. 79 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,20 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.570 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_ 06/2014	CHP	14,00	R\$ 143,05	R\$ 2.002,70
Composição	5940	SINAPI	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG - CHP DIURNO. AF_ 06/2014	CHP	14,00	R\$ 190,46	R\$ 2.666,44
Composição	88907	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 1,20 M3, PESO OPERACIONAL 21 T. POTÊNCIA BRUTA 155 HP - CHP DIURNO. AF_ 06/2014	CHP	14,00	R\$ 253,91	R\$ 3.554,74
Composição	89032	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHP DIURNO. AF_ 06/2014	CHP	14,00	R\$ 209,88	R\$ 2.938,32
Composição	5824	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_ 06/2014	CHP	14,00	R\$ 232,64	R\$ 3.256,96
<b>C 02</b>			<b>Cone plástico com faixa refletiva para sinalização de via</b>	<b>UN</b>			<b>R\$ 10,65</b>
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0200	R\$ 25,66	R\$ 0,51
Insumo	13244	SINAPI	CONE DE SINALIZACAO EM PVC RIGIDO COM FAIXA REFLETIVA, H = 70 / 76 CM	UN	0,2000	R\$ 50,70	R\$ 10,14
<b>C 03</b>			<b>Placa de sinalização de obra refletiva em alumínio</b>	<b>M2</b>			<b>R\$ 1.087,91</b>
Composição	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1000	R\$ 30,50	R\$ 3,05
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	R\$ 25,66	R\$ 25,66
Composição	5824	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_ 06/2014	CHP	0,1000	R\$ 232,64	R\$ 23,26
Composição	5826	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHI DIURNO. AF_ 06/2014	CHI	0,9000	R\$ 66,97	R\$ 60,27
Insumo	4491	SINAPI	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	3,0000	R\$ 11,91	R\$ 35,73
Insumo	11962	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 1/4", COMPRIMENTO 1/2"	UN	4,0000	R\$ 0,31	R\$ 1,24
Insumo	4382	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA SOBERBA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 80 MM	UN	4,0000	R\$ 1,56	R\$ 6,24
Insumo	34723	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	1,0000	R\$ 924,00	R\$ 924,00
Insumo	4509	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,4000	R\$ 6,04	R\$ 8,46
<b>C 04</b>			<b>Administração local da obra</b>	<b>UN</b>			<b>R\$ 147.341,86</b>
Composição	93565	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÉS	2,0000	R\$ 23.338,08	R\$ 46.676,16
Composição	94295	SINAPI	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÉS	2,0000	R\$ 7.712,77	R\$ 15.425,54
Composição	100321	SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÉS	8,0000	R\$ 7.141,62	R\$ 57.132,96
Insumo	E9512	SICRO3	Veículo leve - 53 Kw	H	440,0000	R\$ 63,88	R\$ 28.107,20
<b>C 05</b>			<b>Equipe de limpeza da praia (Maçarico) - Coleta</b>	<b>UN</b>			<b>R\$ 70.782,80</b>
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.200,0000	R\$ 25,66	R\$ 56.452,00
Composição	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	440,0000	R\$ 32,57	R\$ 14.330,80
<b>C 06</b>			<b>Equipe de limpeza da praia (Farol Velho) - Coleta</b>	<b>UN</b>			<b>R\$ 106.174,20</b>
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3.300,0000	R\$ 25,66	R\$ 84.678,00
Composição	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	660,0000	R\$ 32,57	R\$ 21.496,20
<b>C 07</b>			<b>Equipe de limpeza da praia (Atalaia) - Coleta</b>	<b>UN</b>			<b>R\$ 141.565,60</b>
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4.400,0000	R\$ 25,66	R\$ 112.904,00
Composição	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	880,0000	R\$ 32,57	R\$ 28.661,60
<b>C 09</b>			<b>CARGA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS PÚBLICOS</b>	<b>T</b>			<b>R\$ 68,11</b>
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,1200	R\$ 25,66	R\$ 28,74
Composição	100997	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_ 02/2026	T	1,0000	R\$ 6,52	R\$ 6,52
Composição	97918	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_ 02/2026	TXKM	15,0000	R\$ 2,19	R\$ 32,85
<b>C 10</b>			<b>Placa de obra em lona com plotagem de gráfica</b>	<b>T</b>			<b>R\$ 206,79</b>
Composição	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4000	R\$ 30,50	R\$ 12,20
Composição	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4000	R\$ 25,71	R\$ 10,28
Insumo	D00475	SEOP	Lona com plotagem de gráfica	M2	1,0000	R\$ 90,00	R\$ 90,00
Insumo	D00084	SEOP	Prego 1 1/2"x13	KG	0,1000	R\$ 20,53	R\$ 2,05
Insumo	D00281	SEOP	Pernamanca 3" x 2" 4 m - madeira branca	DZ	0,4100	R\$ 225,02	R\$ 92,26

WESLEN CRISTIAN AVIZ Assinado de forma digital  
DA COSTA:02186933209 por WESLEN CRISTIAN AVIZ  
DA COSTA:02186933209  
ENG. WESLEN CRISTIAN AVIZ DA COSTA  
CREA-PA 151726842-7



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

**COMPOSIÇÃO DO BDI**

$$\text{BDI} = \frac{[(1 + AC + S + R + G)(1+DF)(1+L)]}{(1-I)} - 1$$

AC = Administração Central	4,93%
S= Seguros	0,20%
R= Riscos	1,39%
G= Garantia	0,29%
DF= Despesas Financeiras	0,99%
L= Lucro	6,74%
I= Impostos	11,35%
ISS	5,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	2,70%

$$\text{BDI} = \frac{[(1+0,0493+0,002+0,0139+0,0029)(1+0,0099)(1+0,0674)]}{(1-0,1135)} - 1$$

$$\text{BDI} = \frac{1,1514}{0,8865} - 1$$

<b>BDI =</b>	<b>29,88%</b>
--------------	---------------

Obs. Adequado ao Acórdão 2622/2013 do TCU

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209  
Assinado de forma digital por  
WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA  
COSTA:02186933209

**ENG. WESLEN CRISTIAN AVIZ DA COSTA**

CREA-PA 151726842-7





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

**OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA PÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA. NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA**

**LOCAL: BELÉM / PA.**

**DATA : 05/05/2026**

COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS - SEM DESONERAÇÃO		HORISTA	MENSALISTA
GRUPO A		%	%
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário-educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro contra acidentes de trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
<b>A Total de Encargos Sociais Básicos</b>		<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>
GRUPO B		%	%
B1	Repouso semanal remunerado	18,01%	Não incide
B2	Feriados	4,13%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,90%	0,67%
B4	13º Salário	11,16%	8,31%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,75%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,99%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,03%	0,02%
B9	Férias Gozadas	12,24%	9,11%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
<b>B Total de Encargos Sociais que recebem incidências de A</b>		<b>50,32%</b>	<b>18,75%</b>
GRUPO C		%	%
C1	Aviso Prévio Indenizado	6,63%	4,93%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,17%	0,13%
C3	Férias Indenizadas	3,01%	2,24%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,82%	2,10%
C5	Indenização Adicional	0,56%	0,41%
<b>C Total dos Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de A</b>		<b>13,19%</b>	<b>9,81%</b>
GRUPO D		%	%
D1	Reincidência de A sobre B	18,52%	6,90%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,59%	0,44%
<b>D Total das Taxas incidências e reincidências</b>		<b>19,11%</b>	<b>7,34%</b>
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS:</b>		<b>119,42%</b>	<b>72,70%</b>

**OBS.: OS ENCARGOS COMPLEMENTARES DO GRUPO ESTÃO ALOCADOS NA HORA DE CADA PROFISSIONAL ,  
CONFORME METODOLOGIA DO SINAPI**

WESLEN CRISTHIAN AVIZ Assinado de forma digital por  
DA COSTA:02186933209 WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA  
COSTA:02186933209

**ENG. WESLEN CRISTIAN AVIZ DA COSTA**

CREA-PA 151726842-7



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

SERVIÇO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA. NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA  
LOCAL: SALINÓPOLIS - PA  
TABELAS DE REFERÊNCIA : SINAPI MAR 2026 (DESONERADA)  
DATA: 05/05/2026

MEMÓRIA DE CÁLCULO

1 - RELAÇÃO DESCRITIVA DE VIAS PARA SERVIÇOS

ÍTEM	PERÍMETRO	EXTENSÃO (m)
1	Vias com calçada	412.000,00
2	Malha Viária	343.000,00

Mapa das vias de Salinópolis - Valor estimado em 343.000,00 m

\*OBS - CONFORMA NOTA TÉCNICA 01/2025 PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

2 - CALÇADAS

TOTAL DE CALÇADAS M (ITEM 1)	LARGURA CALÇADA	TOTAL DE CALÇADA
412.000,00	2,00	824.000,00

\*OBS - FORAM ADOTADAS UMA MÉDIA DE 1,20 PARA CADA LADO DE CALÇADA

2 - ROÇAGEM MECÂNICA

TOTAL DE VIAS PARA ROÇAGEM	LARGURA CALÇADA	ÁREA M²
4.000,00	6,00	24.000,00
2.000,00	4,00	8.000,00
5.600,00	4,00	22.400,00
5.600,00	4,00	22.400,00
		50.000,00
		4.800,00
		22.000,00
		7.800,00
TOTAL		161.400,00

LOCAL

ROTATÓRIA ATÉ TV.NAZARÉ  
ROTATÓRIA ATÉ PONTE  
PONTE ATÉ ATALAIA  
PONTE ATÉ ATALAIA  
ROTATÓRIA CIRCULO CENTRAL  
ROTATÓRIA OUTROS LADOS  
ROTATÓRIA OUTROS LADOS  
ROTATÓRIA OUTROS LADOS

\*OBS - FORAM ADOTADAS UMA MÉDIA DE 2,00 PARA CADA LADO DE ROÇAGEM

MEMÓRIA DE CÁLCULO - SERVIÇOS

1.2 Mobilização e Desmobilização

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORAS DE VIAGEM	Nº VIAGEM	Nº EQUIPAMENTOS	TOTAL
89876	CAMINHÃO BASCULANTE 14 M3, COM CAVALO MECÂNICO DE CAPACIDADE MÁXIMA DE TRACÇÃO COMBINADO DE 36000 KG, POTÊNCIA 286 CV, INCLUSIVE SEMIREBOQUE COM CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_12/2014	7	2	16	224

5680	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X2, POTÊNCIA LÍQ. 79 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,20 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.570 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	7	2	1	14
5944	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA 197 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 2,5 A 3,5 M3, PESO OPERACIONAL 18338 KG - CHP DIURNO. AF_06/2014	7	2	1	14
5631	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHP DIURNO. AF_06/2014	7	2	1	14
89032	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014	7	2	1	14

### 3.3 Varrição manual de vias públicas

TOTAL CALÇADAS	% ADOTADO	PERIODICIDADE NO MÊS	MÊS DE CONTRATO	TOTAL GERAL DE VARRIÇÃO
824.000,00	100%	1,00	2,00	1.648.000,00

### 3.1 Roçagem manual

TOTAL CALÇADAS (ITEM 1)	% ADOTADO	PERIODICIDADE NO MÊS	MÊS DE CONTRATO	TOTAL GERAL DE ROÇAGEM MANUAL
824.000,00	13,7%	1,00	2,00	225.776,00

### 3.2 Roçagem mecânica c/ acabamento de gramado e vegetação nativa

TOTAL GRAMA EM CANTEIRO	% ADOTADO	PERIODICIDADE NO MÊS	MÊS DE CONTRATO	TOTAL GERAL DE ROÇAGEM MECÂNICA
161.400,00	100%	1,00	1,00	161.400,00

ÁREA ESTIMADA M2	PERIODICIDADE NO MÊS	MÊS DE CONTRATO	TOTAL GERAL DE LAVAGEM DE VIAS
10.000,00	1,00	2,00	20.000,00

## 4 LIMPEZA DA PRAIA

PRAIA	SERVENTE	ENCARREGADO	MESES	HORAS SERVENTE	HORAS ENCARREG
MAÇARICO	10,00	2,00	1,00	2.200,00	440,00
FAROL VELHO	15,00	3,00	1,00	3.300,00	660,00
ATALAIA	20,00	4,00	1,00	4.400,00	880,00

\* FOI ESTIMADO 1 ENCARREGADO PARA 5 SERVENTES

5 TONELADAS DE LIXO NA CIDADE

PRAIA	T	DIAS	TOTAL
RUAS	230,00	60,00	13.800,00
			13.800,00

\* VALOR ESTIMADO DE ACORDO COM REPORTAGEM

<https://agenciapara.com.br/noticia/45483/acao-de-limpeza-em-salinopolis-coletou-mais-de-mil-toneladas-de-lixo-no-municipio>

WESLEN CRISTHIAN AVIZ  
DA COSTA:02186933209  
Assinado de forma digital  
por WESLEN CRISTHIAN AVIZ  
DA COSTA:02186933209  
**ENG. WESLEN CRISTIAN AVIZ DA COSTA**  
CREA-PA 151726842-7







Governo do Estado do Pará  
Secretaria Municipal de Obras

ANÁLISE DE RISCOS			
DADOS DO PROCESSO			
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA		
Município:	SALINÓPOLIS/PA		
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS			
RISCO 1	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa. <input type="checkbox"/> Média. <input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Baixo. <input type="checkbox"/> Médio. <input checked="" type="checkbox"/> Alto.	Atraso no início dos serviços
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	
PREVENTIVA	Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares	CONTRATANTE	
CONTINGENCIAL	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório	CONTRATANTE	
RISCO 2	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente.	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa. <input type="checkbox"/> Média. <input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Baixo. <input checked="" type="checkbox"/> Médio. <input type="checkbox"/> Alto.	Atrasos para o início e, consequentemente, para o gerenciamento das obras.
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	
PREVENTIVA	Prever, dentre as cláusulas da contratação, sanções que contemplem esta situação.	CONTRATANTE	
CONTINGENCIAL	Aplicar as sanções previstas na contratação.	CONTRATANTE	
RISCO 3	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Inflação/flutuação de câmbio; Aumento de insumos desproporcionais	<input type="checkbox"/> Baixa. <input checked="" type="checkbox"/> Média. <input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Baixo. <input type="checkbox"/> Médio. <input checked="" type="checkbox"/> Alto.	Diminuição da lucratividade; Perda da performance do fluxo de caixa
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	
PREVENTIVA	Cláusula contratual de garantia de revisão de equilíbrio econômico financeiro.	CONTRATANTE	
CONTINGENCIAL		CONTRATANTE	



Governo do Estado do Pará  
Secretaria Municipal de Obras

RISCO 4	PROBABILI- DADE	IMPACTO	DANO
<i>Paralisação do serviço por intempérie</i>	<input type="checkbox"/> Baixa. <input checked="" type="checkbox"/> Média. <input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Baixo. <input checked="" type="checkbox"/> Médio. <input type="checkbox"/> Alto.	Atrasos nos serviços; Perda de serviços e/ou materiais.
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	
PREVENTIVA	<i>Realizar planejamento e propor cronograma contemplando possibilidades de períodos de chuvas e outros</i>	CONTRATANTE	
CONTINGENCIAL	<i>Ajuste de cronograma</i>	CONTRATADA	

RISCO 5	PROBABILI- DADE	IMPACTO	DANO
<i>Diferença entre os quantitativos da planilha de orçamento e os quantitativos que serão efetivamente executados na obra, desde que aprovados e apropriados pelo fiscal responsável.</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa. <input type="checkbox"/> Média. <input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Baixo. <input type="checkbox"/> Médio. <input checked="" type="checkbox"/> Alto.	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	
PREVENTIVA	<i>A responsabilidade de possíveis acréscimos/alterações de serviços e/ou quantidades, será do fiscal responsável.</i>	CONTRATANTE	
CONTINGENCIAL	<i>Replanilhamento;</i>	CONTRATANTE	

RISCO 6	PROBABILI- DADE	IMPACTO	DANO
<i>Improdutividade injustificada da Contratada</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa. <input type="checkbox"/> Média. <input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Baixo. <input checked="" type="checkbox"/> Médio. <input checked="" type="checkbox"/> Alto.	Custos adicionais; Atrasos na entrega da obra
AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	
PREVENTIVA	<i>Prever, dentre as cláusulas da contratação, sanções que contemplem esta situação.</i>	CONTRATANTE	
CONTINGENCIAL	<i>Mão de obra habilitada para execução dos serviços; Gerenciamento efetivo das etapas do contrato. Aplicação das sanções previstas na contratação.</i>	CONTRATADA	

RISCO 7	PROBABILI- DADE	IMPACTO	DANO
<i>Responsabilidade civil por danos ou prejuízos causados a terceiros na execução da obra.</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa. <input type="checkbox"/> Média. <input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Baixo. <input type="checkbox"/> Médio. <input checked="" type="checkbox"/> Alto.	Prejuízos ou danos causados a terceiros no decorrer da execução da obra



Governo do Estado do Pará  
Secretaria Municipal de Obras

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Prever danos na metodologia que será adotada para execução do serviço;	CONTRATADA
CONTINGENCIAL	Prestação de assistência, minimizando os danos causados. Análise do ocorrido, para posterior elaboração do plano de ação e execução deste.	CONTRATADA

RISCO 8	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços.	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa. <input type="checkbox"/> Média. <input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Baixo. <input type="checkbox"/> Médio. <input checked="" type="checkbox"/> Alto.	Atraso na execução dos serviços Danos a integridade física do colaborador

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Atendimento as Normas de Segurança do trabalho, respeitando as legislações nacionais e internacionais (quando couber)	CONTRATADA
CONTINGENCIAL	Registrar o CAT (Comunicação do acidente de trabalho) e correção do fato gerador	CONTRATADA

RISCO 9	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Problemas de liquidez financeira da Contratada	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa. <input type="checkbox"/> Média. <input type="checkbox"/> Alta.	<input type="checkbox"/> Baixo. <input checked="" type="checkbox"/> Médio. <input type="checkbox"/> Alto.	Paralisação dos serviços pela contratada; Atraso na entrega dos serviços.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Possuir reserva financeira	CONTRATADA
CONTINGENCIAL	Aplicação de multa; Adequação de cronograma.	CONTRATADA

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209 Assinado de forma digital por  
WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA  
COSTA:02186933209

ENG. WESLEN CRISTIAN AVIZ DA COSTA  
CREA-PA 151726842-7  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



**ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;**

À Central de Licitações e Contratos – PMS

Pregão n.º \_\_\_\_/2026

Processo Administrativo n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_

Sessão Pública: Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026, às 09 horas (horário de Brasília/DF)

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, domiciliada à Av/Rua \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, apresenta, por meio desta, PROPOSTA DE PREÇOS no valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), objetivando a execução da obra especificada no Termo de Referência e Projetos Executivos (Anexo I e II).

**I - DO OBJETO DA PROPOSTA**

1.1. O objeto da presente PROPOSTA COMERCIAL é a indicação de VALOR GLOBAL para a execução completa, inclusive com fornecimento de materiais e equipamentos, por meio de contratação integral, da obra objeto do Processo de Licitação em tela, observadas rigorosamente todos os projetos técnicos, especificações, encargos, prazos e condições gerais detalhadas no Termo de Referência e Projetos Executivos (e seus anexos).

1.2. Faz parte integrante deste PROPOSTA COMERCIAL as planilhas de detalhamento do ORÇAMENTO-PROPOSTA e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, e demais documentos necessários à execução do objeto, observados os modelos e parâmetros utilizados pela Administração na orçamentação.

**II - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

2.1. O prazo de validade da presente proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) a partir da abertura do certame.

**III - DAS DECLARAÇÕES**

3.1. Por meio desta Proposta Comercial, DECLARAMOS que na elaboração da presente proposta:

a) não alteramos quaisquer quantitativos de serviços e materiais, bem como etapas e prazos previstos nas planilhas do orçamento-base e cronograma elaboradas pela Administração;

b) optamos pelo regime de encargos sociais (onerado/desonerado) \_\_\_\_\_, nos termos do regime de tributação adotado pela empresa junto a Receita Federal (cf. comprovação anexa);



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- c) somos absolutamente responsáveis pelos trabalhos técnicos de levantamento e de cotações de preços de mercados realizados para fins de elaboração da presente proposta comercial, não sendo cabível quaisquer questionamentos para fins de alterações do valor proposto por erros, falhas ou omissões; e,
- d) todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução do futuro Contrato foram considerados por ocasião da elaboração desta proposta comercial, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus, encargo ou custo.

(cidade/estado), de de 20\_.

Responsável Legal pela Licitante

**Observações: Emitir em papel que identifique a licitante.**

PARÁ SALINÓPOLIS BRASIL



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO;

MINUTA DO CONTRATO  
Processo Administrativo nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026,  
QUE FAZEM ENTRE A PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SALINOPOLIS, POR  
INTERMEDIO DA ..... E  
.....

O MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS por Intermédio da XXXXXX, com sede no xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de SALINÓPOLIS/PA, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nete ato representado (a) pelo (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado (a) pelo decreto nº XXXXXXXX, Brasileiro(a), estado civil, profissão, com RG nº 00000/UF e CPF nº 000.000.000-00, doravante denominado(a) como CONTRATANTE, e a Empresa XXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sito a XXXXXXXXX, nº XXX, Bairro: XXXXXXXXX, cidade de XXXXXXXXX/XX, inscrita no CNPJ sob nº XX.XX.XX/XXXX-XX, neste ato representada por seu sócio proprietário XXXXXXXXX, Brasileiro, estado civil, profissão, RG nº 00000/UF e CPF nº 000.000.000-00, residente e domiciliado(a) na Rua XXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXXXXXX, denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este Termo de Contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

1.4 O regime de execução é o de empreitada por preço global

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, PRAZO DE EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo para execução da obra será de até XXX (XXXX) dias corridos, a partir da assinatura do contrato

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- f) Seja comprovado Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- g) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- h) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração decorrente de atraso de repasse de recursos financeiros pela conveniente;
- i) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;
- j) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- k) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

2.5. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**3.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**MATRIZ DE RISCO:**

3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo Contratante:

3.1.1.1. Não liberação do Alvará de Construção;

3.1.1.2. Mudanças no projeto solicitadas pela contratante;

3.1.1.3. Mudanças no projeto para adequação à legislação do Município;

3.1.1.4. Atrasos no início da construção por motivo não imputáveis ao contratado gerando custos adicionais;

3.1.1.5. Eventos não seguráveis que prejudiquem a continuidade das Obras;

3.1.1.6. Mudança de regras que aumentem os custos da obra, exceto aumento de salários;

3.1.1.7. Atrasos no pagamento dos serviços previstos no cronograma físico-financeiro por parte da contratante.

3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pela Contratada:

3.1.2.1. Dificuldade de cumprir o cronograma da elaboração dos projetos;

3.1.2.2. Mudanças no projeto para adequação à legislação do município;

3.1.2.3. Erro no valor e prazo para execução obra;

3.1.2.4. Problemas verificados durante a execução da obra nos prédios vizinhos;

3.1.2.5. Prejuízos gerados por falta de segurança no canteiro;

3.1.2.6. Prejuízos causados a terceiros pela contratada ou seus subcontratados;

3.1.2.7. Eventos seguráveis que prejudiquem a continuidade das obras;



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- 3.1.2.8. Custos devido a má gestão do projeto;
- 3.1.2.9. Custos gerados por má execução de serviços por subcontratados;
- 3.1.2.10. Atrasos causados por manifestações públicas relacionados até 15 (quinze) dias sucessivos;
- 3.1.2.11. Custos causados por greves, falta de materiais, desconformidade com as especificações da contratante, quaisquer motivos por culpa do contratado;
- 3.1.2.12. Prejuízos decorrentes de erros na realização das obras verificados pela fiscalização, acabamentos e utilização de materiais inadequados ou fora das especificações;
- 3.1.2.13. Problemas causados devido a erros nos projetos complementares;
- 3.1.2.14. Contratada apresenta problemas de caixa que prejudiquem o andamento e conclusão da obra;
- 3.1.2.15. Problemas decorrentes do projeto ou devido à execução de serviços;
- 3.1.2.16. Custos gerados por ações de terceiros contra a contratada ou subcontratados.
- 3.1.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, pelo contratante e pela contratada:
  - 3.1.3.1. Quebra do contrato por problemas diversos;
  - 3.1.3.2. Anulação do contrato por natureza diversa;
  - 3.1.3.3. Atrasos causados por ação de órgãos fiscalizadores
- 3.1.4. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as suas disposições e da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 3.1.5. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses que excluem a sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.
- 3.1.6. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 3.1.7. Matriz de Riscos é cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.
- 3.1.8. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



3.1.9. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

3.1.10. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

3.1.11. Constitui peça integrante deste Edital e do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o **ANEXO III – MATRIZ DE RISCOS**.

3.1.12. A contratada declara ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato, e de ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

3.1.13. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as suas disposições e da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

3.1.14. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses que excluem a sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos e condições a seguir:

4.1.1 Fica expressamente proibida a subcontratação integral do objeto deste contrato, especialmente quando este constituir o escopo principal da contratação.

4.1.2 A subcontratação fica restrita a um limite máximo de 30% (trinta por cento) do orçamento total.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O Valor Global da contratação é na importância de R\$ ..... (XXXXXXXXXXXXXX).





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária previstas para o exercício de 20XX, conforme Nota de Empenho nº. XXXX, bem como classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

ELEMENTO DE DESPESA

FICHA FONTE

**CLÁUSULA SETIMA– DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE (art. 92, V )**

8.1. Não haverá reajuste ou repactuação de preços durante a vigência inicial do contrato, considerando o prazo de execução e vigência inferiores ao interregno mínimo legal de 12 (doze) meses.

Fica assegurado, contudo, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses legalmente previstas, mediante solicitação devidamente fundamentada e comprovada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI (SICRO) do mês xxxx do ano de yyyy] .

8.2 Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados após o prazo de um ano pelos Índices utilizados pelo PMS/SEMOB, para o setor da Construção Civil, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, após decorrido 01(um) ano do mês base da proposta, que deverá ser o mesmo do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento do PMS/SEMOB.





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



8.2.1. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data-base da proposta, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 meses.

8.2.1.1. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{li - lo}{lo} \times V$$

Onde:

**R** = Valor da parcela de reajustamento procurado

**lo** = Índice de preço verificado no mês do orçamento do PMS/SEMOB

**li** = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

**V** = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

8.2.1.2. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes

8.3. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista no subitem 11.3, deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme o disposto no Art. 1º, alínea F, da Lei n. 9.494, de 10/09/1997, com a redação dada pelo Art. 5º, da Lei 11.960, de 29/06/2009, após decorridos 30 dias da data da emissão do aceite na nota fiscal devendo ser observado o disposto no Edital e seus anexos.

**CLÁUSULA NONA—OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

Além das obrigações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital da Pregão nº 0XX/2027 são obrigações da CONTRATANTE:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.2. Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- 9.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 9.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 9.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 9.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

Além das obrigações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital da Pregão nº 0XX/2025 são obrigações da CONTRATADA:

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- 10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 10.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 10.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 10.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 10.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 10.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 10.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 10.30. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 10.31. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



10.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.33. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.34. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

10.34.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.35 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.35.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

10.35.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.35.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

10.35.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

10.35.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.35.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.35.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

10.35.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.36. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



10.37. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com restituição imediata após fiel execução do contrato, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Caberá à contratada manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando a conforme necessário.

11.2. A comprovação da garantia pelo adjudicatário deverá ser efetivada perante a PMS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da contratante, contados da assinatura do contrato.

11.3. A adjudicatária poderá optar por prestar a garantia por uma das seguintes modalidades:

11.3.1. **CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica de caução do PMS, com correção monetária.

11.3.2. **FIANÇA BANCÁRIA** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.3.3. **SEGURO GARANTIA**, no caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da PMS, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

11.4. A PMS restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a SEINF/GEA, nos termos da legislação vigente.

11.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação,





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

11.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

11.8. Quando se tratar de consórcio, a garantia poderá ser apresentada integralmente pela empresa líder do consórcio, ou por cada uma das empresas integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

11.9. A contratante reterá, a qualquer tempo, a garantia de execução da contratada, na forma prevista neste Edital e no Contrato. Do mesmo modo, a Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.10. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.13. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da PMS e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

11.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada. Assim, caso opte pela modalidade seguro garantia, é obrigatório que o adjudicatário contrate a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:
  - (2) Moratória de 0,5% (cinco decimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
    - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  - (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.
  - (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
  - (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
  - (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
  - (7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.





**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça estadual do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Salinópolis-PA, XX de XXXXXXXXXX de 20XX.

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

NOME: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



CPF: \_\_\_\_\_

2.

NOME: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

